

Bruxelas: Eurodeputados portugueses discutem a PAC pós 2013 em mesa redonda promovida pela CNA



A CNA realizou ontem, 18 de Novembro, na sede da sua Delegação Permanente em Bruxelas, uma mesa redonda subordinada ao tema "A PAC em Português", que contou com a presença dos Eurodeputados portugueses, Patrão Neves (PSD), Capoulas Santos (PS), João Ferreira, Ilda Figueiredo (PCP) e Nuno Melo (CDS), e representantes de diversas organizações.

Do Gabinete de apoio à Eurodeputada Patrão Neves recebemos uma nota com as declarações que a mesma proferiu:

"Importa que as sucessivas reformas da PAC se fundamentem na resolução dos problemas actuais e não numa adequação a um orçamento em constante emagrecimento. Este é um desafio que devemos abordar com prudência, criando condições para dotar a PAC de mecanismos de intervenção rápida e eficaz em situações de crise, como a que atravessamos no presente.

As reformas sistemáticas têm criado uma grande instabilidade no sector, não faz sentido um debate público de uma reforma da PAC pós-2013 já em 2009, logo depois da aprovação do HC, porque isso cria insegurança e desmotiva os agricultores.

A produção agrícola tem necessariamente de crescer e não diminuir, por via do abandono, pois os dados apontam para um aumento demográfico e um crescimento das necessidades alimentares. No caso de supressão do 1 Pilar da PAC, o resultado seria o encerramento de 60% das explorações existentes e uma queda nos rendimentos dos agricultores de 2/3."Tudo devemos fazer para assegurar o actual orçamento da PAC".

Considero que o 1 Pilar deve ser a referência, na medida em que a razão de ser da actividade do agricultor é a agricultura e não existirá desenvolvimento rural sem agricultores. Importa eliminar a modulação voluntária e travar a modulação obrigatória. A situação é preocupante porque (1) já existe um equilíbrio entre o 1 e 2 Pilar, respectivamente 45% / 55% em Portugal, (2) e os fundos atribuídos ao 2 Pilar têm uma execução pobre . Fará sentido prosseguir o caminho da modulação sem garantias de uma boa execução das verbas do 2 Pilar?

A Eurodeputada esteve presente ontem pela manha na discussão pública do documento intitulado ("Uma PAC para os bens públicos europeus") que defende a justificação das ajudas concedidas ao abrigo do 1 Pilar através do contributo da agricultura na prestação de serviço à sociedade (gestão da água, bem-estar animal, normas de qualidade e ordenamento do território). Esta questão coloca problemas graves, entre os quais destaco dois: (1) o da quantificação, dada a quase impossibilidade de traduzir numericamente o valor dos bens públicos prestados e (2) o da objectividade da avaliação, isto é, o estabelecimento de uma causalidade directa entre a actividade agrícola e alterações ambientais (a agricultura pode contribuir significativamente para a retenção de carbono no solo). Assim sendo, como será possível determinar o justo rendimento (comercial e ambiental) do agricultor ? Sem negligenciar a importância da prestação de um serviço público por parte da agricultura, considero fundamental valorizar a produção alimentar da agricultura de onde deverá advir a maior parte do rendimento do agricultor."

Fonte: Gabinete da Eurodeputada Patrão Neves e CNA